



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 56 /2024

Maceió, 26 de Abril de 2024.

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 552/2023 que *Dispõe sobre o ordenamento territorial e horário de funcionamento de clubes e escolas de tiro desportivo no Estado de Alagoas.*”, pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 552/2023, sua sanção não se apresenta possível, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O presente prospecto legislativo, abordando questões ligadas às regras de funcionamento de escolas e clubes de tiros, com a efetiva utilização de circulação de armas, demanda regramento mais específico, em razão do rígido controle a que estão submetidos esses locais, tendo em vista a necessidade de garantir a segurança e proteção das pessoas que residem, estudam ou mesmo transitam por essas localidades.

Deste modo, observa-se que os requisitos de funcionamento (localização e horário de funcionamento) de clubes e escolas de tiro desportivo no Estado de Alagoas, acaba por veicular matéria cuja competência legislativa é privativa da União, e por esta razão padece de vício de inconstitucionalidade formal por violação direta ao disposto no inciso VI do art. 21 e o inciso XXI do art. 22, ambos da Constituição Federal.

Ressalte-se, ainda, que a competência da União para legislar sobre material bélico foi exercida mediante a publicação da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que estabelece regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplina as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispõe sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas – SINARM.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar totalmente o Projeto de Lei nº 552/2023, por **inconstitucionalidade formal**, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS

Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

NESTA